

A CONSTITUIÇÃO DAS REDES DE CIDADES NO RIO GRANDE DO SUL A PARTIR DE UMA LEITURA HISTÓRICA DENTRO DO CONTEXTO DAS DIFERENÇAS SÓCIO-CULTURAIS E NATURAIS

Adriana M. Rodrigues Pilar

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências da UFSM
Universidade Federal de Santa Maria- adrimrp@hotmail.com

Gilda Maria Cabral Benaduce

Professora doutora do PPGGEO/UFSM
Universidade Federal de Santa Maria- g.benaduce@brturbo.com.br

Introdução

A herança deixada pelos primeiros estancieiros e latifundiários e pela colonização européia são refletidas no atual contexto das redes de cidades estabelecidas no Rio Grande do Sul. As diferenças econômicas que tomam conta do estado são consequência de diferentes modos de ocupação, condições naturais e mobilidade das atividades econômicas atrelados a ação administrativa do poder público.

A formação das redes de cidades no Rio Grande do Sul vem refletir o individualismo europeu trazido pelos colonizadores. A acumulação de capitais e o histórico do colonizador como o homem trabalhador que soube administrar demonstrando grande capacidade estimula a vinda de grandes empresas internacionais que conectam as cidades ao mundo.

Desse modo, o presente artigo possui o objetivo de analisar historicamente a constituição das redes de cidades no Rio Grande do Sul dentro do contexto das diferenças sócio-culturais e naturais do estado.

Uma leitura histórica no contexto das diferenças sócio-culturais e naturais do estado do Rio Grande do Sul

Na colonização e formação territorial do Brasil o Rio Grande do Sul, na época chamado de Rio Grande de São Pedro, não despertava interesse nem de espanhóis que

se preocupavam com as minas do norte, de onde partiam os grandes carregamentos de ouro e prata nem de portugueses que ocupavam-se com a produção de açúcar no litoral nordestino. Neste sentido, o Rio Grande do Sul integrou-se tardiamente ao restante do Brasil colonial, sendo que apenas no século XII vieram ocorrer as primeiras incursões em direção ao sul dadas por paulistas que, por não terem condições de comprar escravos passaram a apresar indígenas nas missões jesuíticas, inicialmente no oeste do Paraná e posteriormente no Rio Grande do Sul.

Através da mineração, a partir do fim do século XVII inicia-se o processo de interiorização do pólo econômico. Atrelado ao crescimento da população paulista e ao crescimento das massas populacionais que envolviam as atividades mineradoras via-se também a necessidade da formação de um mercado interno no Brasil, o que atribuiu importância aos rebanhos de gado, como economia subsidiária às zonas de mineração. Este fator estava atrelado também à preocupação da Coroa em ocupar o sul a fim de proteger o território, porém a pressa com que o gado foi abatido devastou rapidamente o rebanho do Rio Grande do Sul. GELPI (2000, p.126) afirma:

Neste contexto, o espaço do contrabando para a prata espanhola, junto ao Rio da Prata, e a sustentação de um território defensivo para tanto, foram responsáveis pela rede básica de povoados portugueses, construídos desde a Colônia de Sacramento (1680) até a Vila de Laguna (1684). A rota do contrabando, precisava de um apoio logístico intermediário, sendo fundado o presídio de Rio Grande em 1737, primeira administração pública de caráter local, no continente de São Pedro.

A partir da terceira década do século XVIII fez-se necessária a ocupação definitiva do território. Dessa forma, a Coroa passou a distribuir sesmarias aos militares e pessoas da sua confiança, onde se estabeleceram estâncias para criação de gado ao longo das fronteiras sul e sudoeste do RS formando, assim, uma fronteira viva no sul do Brasil.

Com a decadência da atividade mineradora no fim do século XVIII houve a diminuição na procura por animais para corte e transporte. Assim, a agricultura (trigo) e a pecuária passam a aparecer no cenário da economia do estado, mesmo com o avanço das charqueadas que fez com que muitas áreas ocupadas com trigo se transformassem em pastagens.

Foi nas margens dos rios e no litoral que a produção do charque passou a se ampliar no Rio Grande do Sul no início do século XIX com a abundância de matéria-prima e a transferência de grande parte das indústrias de carne seca do NE para o sul do Brasil devido às secas.

No século XIX surge um novo elemento no cenário do Rio Grande do Sul, o imigrante. Ao contrário do restante do Brasil que introduziu o imigrante europeu para substituir a mão-de-obra escrava, o sul preocupou-se em receber o imigrante para ser colonizador e fixar núcleos de produção de gêneros para o mercado interno.

Primeiramente, chegaram ao Rio Grande do Sul os imigrantes alemães em 1824 estabelecendo pequenas propriedades onde desenvolviam uma agricultura que, por fim, beneficiava o pequeno proprietário e o comerciante promovendo a acumulação de capital que fez surgir, mais tarde a indústria.

Os colonos italianos vieram mais tarde e sua situação foi um pouco distinta da dos alemães. Isto porque, por chegarem após os alemães ficaram com as terras mais afastadas e tiveram que enfrentar a concorrência da produção de cereais (tradição européia) dos alemães.

O século XIX no Brasil foi marcado pelas Revoltas ocorridas em várias províncias. A falta de autonomia e o grande autoritarismo exercido pelo governo central do império impedia que as províncias, como eram chamados os estados na época, de eleger seus próprios presidentes. No Rio Grande do Sul ocorreu, a Revolução Farroupilha (entre 1835 e 1845) que lutava por maior liberdade administrativa para o estado como também uma política de proteção à pecuária já que a concorrência com o charque uruguaio e argentino era insustentável. Foi uma revolta mantida pelos ricos estancieiros gaúchos como afirma COTRIM (1998 p.129):

A Revolução Farroupilha não foi uma revolta do povo pobre do sul. Foi uma rebelião dos ricos estancieiros que lutavam por seus interesses econômicos e políticos. O povo só participou do movimento sob o controle dos grandes fazendeiros

Entre os líderes da Revolução Farroupilha nunca houve o interesse de libertar o povo gaúcho da exploração social mantida pelo império. O foco deles era proteger o lucro das grandes fazendas pecuárias e exercer o poder político e administrativo no Rio Grande do Sul.

Até aqui se percebe que há uma herança de segundo plano para o Rio Grande do Sul. Desde o período colonial, o Brasil não se preocupava em ocupar o território rio-grandense por haver outras preocupações mais imediatas como a mineração e a agroindústria canavieira. Em vista do intenso processo de ocupação por militares com a função de proteger a fronteira havia a necessidade do espaço também ser ocupado por pessoas que estivessem habilitadas a trabalhar na produção, principalmente de alimentos. Por isso, o Rio Grande do Sul não adotou o imigrante como forma de substituição braçal e sim como colonizador para trabalhar na sua própria terra e desenvolver a economia gaúcha. Também a Revolução Farroupilha só se deu pelo fato do que pode ser chamado de a gota d' água que foi o descaso do império em relação à pecuária gaúcha porque a falta de liberdade administrativa repassada à província fez pulsar o desejo de uma província autônoma e livre das repressões políticas que o império exercia sobre ela.

A formação histórica dos municípios do Rio Grande do Sul sempre esteve vinculada ao desenvolvimento econômico. Assim ocorreu com municípios como Pelotas que, no final do século XIX, foi centro da atividade saladeira formando um dos primeiros núcleos industriais do Estado com destaque para a produção de charque e de couro. Porém a industrialização efetiva deu-se nas áreas de colonização alemã e italiana impulsionada pela acumulação de capitais das atividades agrícolas desenvolvidas pelos imigrantes.

De 1874 a 1915 a indústria fabril ganha destaque no desenvolvimento de cidades como Rio Grande, Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas e São Sebastião do Caí.

O crescimento da indústria no Rio Grande do Sul estimulou o êxodo rural e como conseqüência trouxe uma grande massa de trabalhadores do campo para as cidades que desempenhavam papéis importantes no âmbito da indústria gaúcha.

Em uma fase mais recente do desenvolvimento das cidades no Rio Grande do Sul surgem as unidades tecnológicas mudando o perfil da própria industrialização do estado. Esta fase vem intensificar a ligação entre uma indústria e outras que fornecem insumos, componentes, matérias-primas, além de relações diretas com setores produtivos primários. Como ocorreu no Brasil, no Rio Grande do Sul não foi diferente quanto à tendência para a concentração da indústria ser nos principais centros urbanos.

A Constituição das Redes de Cidades no Rio Grande do Sul a partir de uma Leitura Histórica dentro do Contexto das Diferenças Sócio-Culturais e Naturais

Adriana M. Rodrigues Pilar; Gilda Maria Cabral Benaduce

Dessa maneira formaram-se os complexos urbano-industriais, polarizando indústrias, população, mão-de-obra qualificada, atividades comerciais, serviços, malha de transportes, informações, comunicação, sistema financeiro e poder político.

A figura 1 apresenta o mapa da malha municipal e urbana do estado do Rio Grande do Sul de acordo com a hierarquia da centralidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



Figura 1- Malha municipal e urbana do Rio Grande do Sul em 2004.

A concentração da malha urbana é observada através da figura 1. Ressalta-se também a formação de centros urbanos que tem como ponto de partida a capital do estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre) em direção aos municípios da região nordeste, com destaque para Caxias do Sul e adjacentes.

Embora a industrialização gaúcha tenha se iniciado em áreas de imigração alemã e italiana, com o passar do tempo, as estruturas produtivas passaram a ser transferidas para as áreas de imigração açoriana como Porto Alegre e Pelotas motivadas pela localização geográfica dessas cidades que facilitava o transporte dos produtos para a exportação.

Até a década de 1960 os primeiros e principais centros urbanos industriais eram Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Porém com o advento das indústrias tecnológicas, estas passaram a se distanciar do interior dos centros urbanos, propiciando o surgimento de novos espaços urbanos industriais. Embora muitas indústrias venham sendo instaladas no Rio Grande do Sul, o estado enfrenta diversos problemas no que se refere à solidificação da indústria. Em vista de que, entre 1940 e 1970 a economia do Rio Grande do Sul passou por grandes transformações com o declínio da pecuária tradicional e ascensão da lavoura comercial e agroexportadora foi que a injeção do capital estrangeiro contribuiu para a expansão da industrialização principalmente do nordeste estado. Esta fase da industrialização que vem se estendendo desde 1970 está intrinsecamente ligada à implementação agrícola. Desta forma, nas últimas quatro décadas o Rio Grande do Sul vem enfrentando um forte processo de disparidade regional em que a economia acumulativa intensifica grandes diferenças regionais.

A criação dos COREDES e a intensificação e a constituição de redes do Rio Grande do Sul

Em vista dos problemas enfrentados pela disparidade regional no estado do Rio Grande do Sul é que em 1994 o estado foi dividido em 22 regiões de desenvolvimento, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). Os municípios foram agrupados de acordo com sua proximidade, semelhança quanto às atividades que se dedicam, quanto ao atendimento das necessidades da população, quanto à situação em que se encontram em relação ao meio ambiente e em relação às providências que devem ser tomadas para seu maior desenvolvimento. Os COREDES, representados na figura 2 foram criados pela Lei 10.283, de 17 de outubro de 1994 e regulamentados pelo decreto 35.764 de 28 de dezembro de 1994 com o objetivo de promover o desenvolvimento

regional de forma harmônica e sustentável, promover a integração dos recursos e das ações do governo na região; melhorar a qualidade de vida da população; promover a distribuição equitativa da riqueza produzida; estimular a permanência do homem em sua região; e, por fim, promover a preservação e recuperação do meio ambiente.

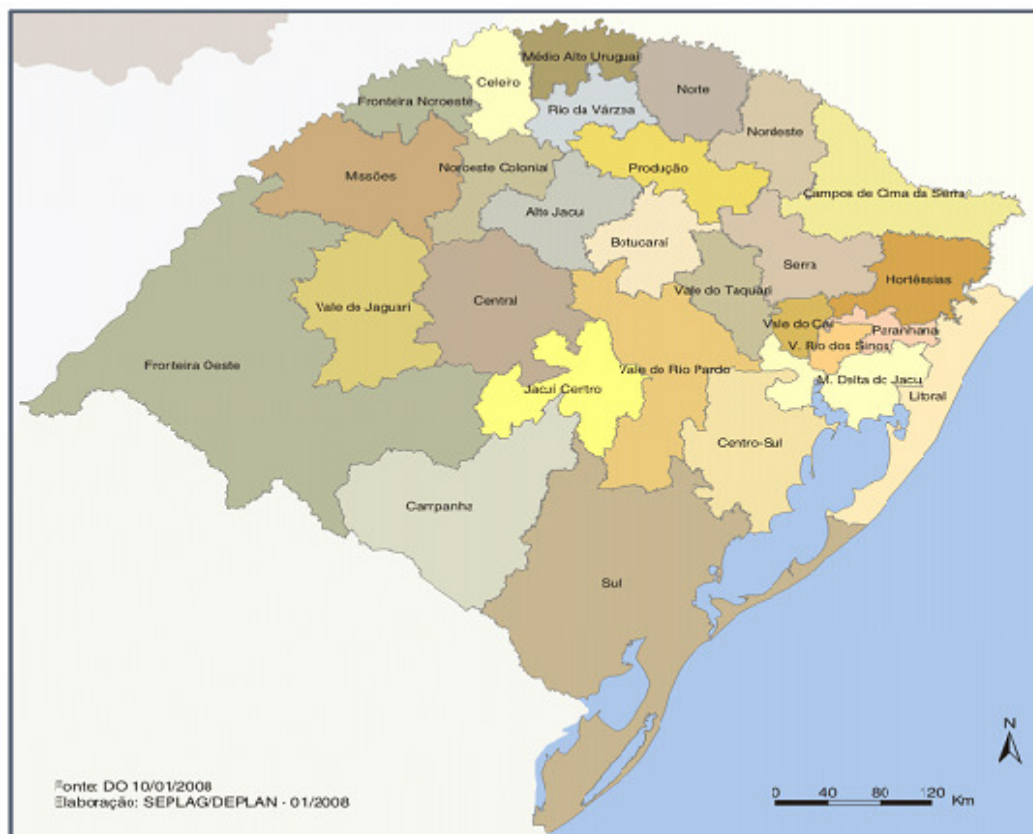


Figura 2- Regiões de Desenvolvimento (COREDES) no Rio Grande do Sul.

Dessa forma, cada região possui um Conselho Regional de Desenvolvimento de caráter representativo junto à administração estadual.

Os COREDES

Assim como existem indústrias isoladas em determinados municípios e que estão conectados diretamente com a rede internacional existem também as indústrias maiores que exercem grande força em um conjunto de municípios sendo responsável pela inserção da especialização de mão de obra e pela geração de empregos indiretos.

Dessa forma, encontram-se no Rio Grande do Sul grandes disparidades dessas redes. Grupos de municípios especializados em determinados serviços não parecem ter uma interligação com outros municípios, o que de certa forma traria um

desenvolvimento econômico mais integrado do estado como um todo. Isso ocorre mesmo nas cidades da metade norte do Rio Grande do Sul que são semelhantes em condições naturais, produção agrícola e de formação sócio-cultural. A instalação de uma economia industrial cada vez mais global parece isolar mais rapidamente um grupo de cidades do restante, conectando, ao mesmo tempo a cidades globais. Confirmando a conclusão de CAPPELIN, *apud* CASTELLS (1999, p. 406) que afirma:

A importância relativa das relações entre cidades e regiões parece diminuir quando comparada à importância das relações que interligam várias cidades de regiões e países diferentes...as novas atividades concentram-se em pólos específicos, e isso implica um aumento das disparidades entre pólos urbanos e as respectivas hinterlândias.

Neste contexto, uma crise global tem poder para desestabilizar a economia de uma pequena cidade do interior do estado no sentido de que, se uma grande empresa se obriga a dispensar uma quantidade considerável de funcionários são estes que deixarão de consumir na cidade. Isto sem considerar que esta mesma empresa passe a comprar menos equipamentos para a montagem de seus produtos o que geraria mais desempregos indiretos.

Uma grande rede que está intensificando suas atividades é o eixo Rio Grande – Pelotas. Interligadas por estradas e por serviços. As universidades e o Porto vêm ganhando investimentos em função do grande fluxo que abarca, principalmente a cidade de Rio Grande como cidade portuária e de grande mobilidade histórica. Isto vem permitindo uma conexão cada vez mais avançada com o global sem precisar passar pelas capitais ou principais cidades.

Considerações Finais

Em uma análise do processo histórico de formação do Rio Grande do Sul, percebe-se que a disparidade desde os primeiros povoados estiveram sempre ligados a diferentes atividades desempenhadas. Havia necessidade de proteção do território como também a necessidade de abastecer essa população. Regiões foram se especializando em determinadas atividades da economia, o que se intensificou com a chegada do imigrante europeu, em maior quantidade o alemão e o italiano que constituíram as terras ao norte

retalhando o estado em minúsculos municípios. O individualismo e o trabalho de caráter europeu tomaram conta da metade norte atrelado às condições naturais favoráveis, principalmente à produção agrícola que permitiu a acumulação de capitais que, mais tarde trouxe a modernização ao campo e à cidade. A herança estancieira, do grande latifúndio atrelada às condições físicas do solo na metade sul não permitiu tão grande acumulação de capitais como na metade norte. Além de campos, a própria criação de gado é ameaçada pelo intenso processo de desertificação que vem assolando boa parte da Campanha. A constituição de uma rede de cidades interligadas se torna mais difícil quando se fala na metade sul do Rio Grande do Sul sendo denotado um crescimento considerado entre a região portuária de Rio Grande e Pelotas enquanto que a metade norte é constituída por alguns complexos industriais que interligam algumas cidades conectando-as a uma ótica global. Algumas cidades são conhecidas mundialmente pela atividade econômica que exercem a partir de uma só empresa que possui caráter global. Entretanto, o Rio Grande do Sul permanece ainda longe de constituir interligação entre os nós da rede que parecem estarem totalmente desvinculadas regionalmente, porém conectadas ao mundo global.

Referências

CASTELLS, M. **A sociedade em rede** (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1), São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COTRIM, G. **História & Reflexão: consolidação do capitalismo e Brasil Império**, 3. 9ª Ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

GELPI, A. Rio Grande do Sul, a ocupação de um território: Norte X Sul. In: VERDUM, R.; STRHOAECKER, T. (org.). **Ensino de Geografia, Planejamento Ambiental e Gestão Territorial**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros- Seção Porto Alegre, 2001. p.126

SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**. Globalização e meio técnico- científico-informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.